

# ETNOGRAFIA E IMAGINAÇÃO: UMA CONVERSA COM ITAMAR VIEIRA JUNIOR

## ETHNOGRAPHY AND IMAGINATION: A CONVERSATION WITH ITAMAR VIEIRA JUNIOR

Itamar Vieira Junior\*

Igor Rolemberg\*\*

Júlia V. Goyatá\*\*\*

### Apresentação

A entrevista que se segue foi realizada remotamente no dia 22 de junho de 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, e pouco mais de um ano e meio após o lançamento do celebrado romance *Torto Arado* (2019) de Itamar Vieira Junior. A essa altura o livro já havia se tornado um *best seller* com mais de 100 mil cópias vendidas e uma fortuna crítica que passava por entrevistas, resenhas e artigos publicados em diversos jornais de mídia impressa e digital

pelo país. Desde que lemos seu livro, nos chamara a atenção, como a tantos brasileiros e brasileiras, sua força de evocação narrativa, e especialmente, enquanto antropólogos, a densidade etnográfica (voltaremos a esse ponto) de sua prosa ainda não explorada em profundidade por nenhuma das entrevistas realizadas até então. O presente dossiê, que toma como ponto de partida a efeméride dos 100 anos de publicação da etnografia seminal de Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), nos pareceu, assim, a ocasião ideal para uma

\* Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e servidor público federal no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional da Bahia, Salvador, BA, Brasil. E-mail: agenda@todavialivros.com.br.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais pela EHESS em cotutela de tese com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: rolemberg.igor@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5171-1254>.

\*\*\* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Departamento de Sociologia e Antropologia, São Luís, MA, Brasil. E-mail: julia.goyata@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3842-1877>.



conversa sobre as relações de Itamar Vieira Jr. com a antropologia e sobre as estratégias narrativas exploradas em *Torto Arado* colocando-o em perspectiva diante dos dispositivos que envolvem a etnografia como uma modalidade de conhecimento.

O intuito dessa breve apresentação não é, assim, o de revisitar o leque de interpretações já realizadas da obra de Itamar na tentativa de produzir uma análise estética de seu livro. Tampouco procuraremos compreender sua trajetória ou as condições sociais de recepção de seu trabalho. Evitaremos também repisar nesta apresentação todos os temas abordados na entrevista. Em vez disso, gostaríamos de aproveitar a ocasião para situar, nas poucas páginas que nos cabe, algumas abordagens que têm sido ensaiadas ao se falar de antropologia e literatura.

Nesse caso, parece-nos que, antes de mais nada, a chave de entendimento passa pelo “e”. Enquanto conectivo, ele opera atualizando modalidades possíveis de relação (VIVEIROS DE CASTRO, 2003) entre termos, aliás, não facilmente substantivados como “antropologia” e “literatura”, cujas definições seguem disputadas entre praticantes de uma e de outra. Iremos, portanto, tratar brevemente dessas modalidades, notando, de passagem, possíveis contornos mais estáveis que “antropologia” (mas também “etnografia”) e “literatura” (mas também “ficção”) venham a ganhar quando relacionadas.

De saída é possível pensarmos em três dessas modalidades (*inter allia* DEBAENE, 2005; FABRE e JAMIN, 2012): (1) uma antropologia *da* literatura, no genitivo objetivo, ou seja, a literatura como objeto de estudo da antropologia, podendo cobrir desde o estudo da produção/criação de textos, narrativas, relatos (aí incluídos os mitos), orais ou escritos, considerados artísticos ou não, até estudos com viés mais so-

ciológico do campo literário; (2) literatura como antropologia (ou ficção como etnografia), em que se ressalta a dimensão etnográfica de textos literários, como produtores de conhecimento sobre socialidades locais – a exemplo de Becker (2009) e sua consideração dos romances de Jane Austen, Italo Calvino e Georges Perec como “relatos sobre a sociedade” –, casos em que as obras podem chegar a serem tomadas como “documentos” ou constituindo um “arquivo”; (3) antropologia como literatura (ou etnografia como ficção) abordagem que se tornou famosa com a virada linguística que procurou salientar o caráter ficcional de textos etnológicos, justamente a vertente da crítica que destacou Malinowski como um estilista da “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 2008). Essas modalidades podem, é claro, surgir combinadas, e, como viemos de notar, as relações podem assumir diferentes operações: de oposição (antropologia *contra* literatura), analogia (antropologia *como* literatura) continência (antropologia *da* literatura), entre outras.

O desconforto que, por vezes, levantar o debate sobre conexões entre antropologia e literatura provoca, parece, no entanto, revelar que o grande divisor entre ciência e arte, real e ficcional, segue renitente, mais um dos dualismos pelos quais os modernos costumam se pensar, como já há algum tempo nos chamou a atenção Bruno Latour (1994).

Apesar disso, constatamos, não sem algum espanto, a exemplo da discussão levantada por Bensa e Pouillon (2013, p. 6), que certas vezes a sensação de irrealidade provém mais da leitura de textos antropológicos. Não é incomum, em obras literárias, escritoras e escritores irem mais longe na restituição dos eventos, das ações, dos personagens e das condições de vida, do que as etnografias produzidas por antropólogos/as,

que, intumescidas de convenções e conceitos acadêmicos, criam cortinas de fumaça para apreender o mundo vivido das pessoas com quem nos relacionamos. É esse ponto que gostaríamos de enfatizar, e que procuramos discutir com Itamar: o da restituição da experiência no texto, ou a passagem do campo à escrita. Esse intervalo, se era tomado como pressuposto, raramente foi objeto de investigação prolongada – mesmo após a virada linguística – o que tem mudado mais recentemente (WULFF, 2021, p. 12). Prova disso é a multiplicação de ateliês e oficinas de escrita etnográfica em cursos de graduação e pós-graduação, em antropologia ou em ciências sociais, no país e em universidades estrangeiras.

De fato, antes de chegar a “sistemas de troca”, “regras de parentesco”, “lógicas de poder”, “cosmologias”, “gramáticas” e o que mais vier a fazer parte de seu léxico descritivo-analítico, antropólogos/os partem de um material, em geral registrado em cadernos de campo, que não é outro senão o de cenas concretas com pessoas (inter)agindo – por meio de discursos, silêncios, gestos, sensações – em ambientes compartilhados com uma multiplicidade de entes, seres e objetos, eles próprios dotados de suas respectivas capacidades de agir.

Num momento em que a disciplina reinveste o tema da vida em seus estudos, tentando manter unidas na descrição o máxi-

mo possível de suas atualizações plurais experimentadas em campo – enquanto vidas biológicas, biográficas, políticas (o “governo das vidas”), éticas (da busca da “boa vida” até o “bem viver” que povos e comunidades traduzem em atuais reivindicações públicas) – parece cada vez mais necessário termos, então, etnografias vivazes (BANAGGIA, 2020)<sup>1</sup>. Ou ainda: permanecer vivos na escrita (NARAYAN, 2012). Isso não significa abandonar a teorização, até porque as pessoas com quem convivemos durante o trabalho de campo já tem muitas teorias sobre o que lhes acontece e sobre os modos como agem. Trata-se de reforçar o que já propunham textos iniciáticos de nossa prática de trabalho, aproveitando a característica da disciplina de retornar a seus clássicos, atitude a que esse dossiê também convida<sup>2</sup>. Nesse sentido, as metáforas do “esqueleto”, da “carne” e do “sangue”, na sempre revisitada introdução do homenageado Malinowski (2018[1922], p. 74–75), vêm a propósito do que argumentamos:

Em certos tipos de pesquisa científica (...) é possível apresentar, por assim dizer, um excelente esqueleto da constituição tribal, mas ao qual faltam a carne e o sangue. Aprendemos muito a respeito da estrutura social nativa, mas não conseguimos perceber ou imaginar a realidade da vida humana, o fluxo regular dos acontecimentos cotidianos, as oca-

1. São muitas as referências a serem citadas. Um exemplo seriam as obras de Tim Ingold, citado explicitamente por nosso entrevistado como inspiração no momento de elaborar personagens, ambientes e tramas. Para um apanhado sobre diversas e recentes pesquisas antropológicas sobre o tema da vida em sua multiplicidade, com o viés do recorte euro-americano, ver o dossiê *Turn to Life* no volume 8, número 3, de 2018 da revista *Hau Journal*. Destacamos que um dos trabalhos mais citados dessa corrente sobre vida cotidiana, o livro “Vida e Palavras” de Veena Das, foi recentemente traduzido ao português (DAS, 2020).

2. Marcel Mauss (*apud* MARTIN (2021:7)), em seu manual de etnografia, repisava igualmente a necessidade de o etnógrafo ser bom cartógrafo, à maneira dos historiadores e sociólogos, sem perder de vista a reconstituição da atmosfera ao modo dos bons romancistas, o que a maior parte das/os antropólogas/os vive como dilema de necessidades contraditórias entre ciência/antropologia e arte/literatura.

sionais demonstrações de excitação em relação a uma festa, cerimônia ou fato peculiar. Ao desvendar as regras e as regularidades dos costumes nativos e ao obter do conjunto de fatos e de asserções nativas uma fórmula exata que os traduza, verificamos que essa própria precisão é estranha à vida real, a qual jamais adere rigidamente a nenhuma regra. [destaque nosso]

Que tenha se desenvolvido na antropologia francesa a prática de um “segundo livro” (DEBAENE, 2010) – de que são exemplos, entre outros, *A África Fantasma* (1935), de Michel Leiris; *Tristes Trópicos* (1955) de Claude Lévi-Strauss ou *As Lanças do crepúsculo* (2006) de Phillippe Descola – para reproduzir em detalhe os bastidores da pesquisa de campo e o cotidiano próximo do fluxo da vida real, em complemento a análises mais austeras do livro acadêmico, pode ser – numa visão mais pessimista, admitimos – uma confissão de derrota em unir em um mesmo trabalho ambas as dimensões da escrita (BENSA e POUILLON, 2013, p. 12). Michel Leiris dizia, por exemplo, que para restituir a objetividade da experiência vivida a única maneira possível seria expor ao máximo a sua subjetividade: *A África Fantasma* se torna, assim, um livro sobre o outro e sobre si, obra que inaugura o projeto de escrita autobiográfica do poeta e etnólogo (PEIXOTO, 2006, p. 298).

Pensando nessa dimensão subjetiva da experiência com a escrita, que acompanha o trabalho diário do antropólogo/a, não deixa de ser sugestivo ou revelador que muitos experimentem, após a escritura da tese, um vazio existencial ou mesmo uma frustração quanto à qualidade de restituição da experiência vivida. É o que justamente nos relatou nosso entrevistado, que após a conclusão da tese foi em busca de outras lingua-

gens que pudessem expressar com mais liberdade e veemência o que vivera e aprendera em campo, bem como o que viviam e ensinavam seus/suas interlocutores/as.

Há, é claro, trabalhos que tentam desfazer essas dicotomias, através de diferentes soluções e experimentos. Um exemplo é o livro “As forças do jarê” de Gabriel Banaggia (2015) – umas das etnografias destacadas por nosso entrevistado, por ter contribuído tanto para seu trabalho de campo e escrita da tese, quanto para elaboração do romance – que privilegia no corpo dos capítulos a descrição, deixando, para as notas de rodapé, a teorização dos fenômenos observados, relatados e/ou vivenciados.

O que está em jogo é o fato de que toda poética (no sentido de *poiesis*: composição, produção) traz consigo sua política. Ou seja, dispor sujeitos e eventos em formas de palavras, agenciadas em frases, períodos e parágrafos, implica processos de montagem, seleção, seriação, recortes, e, portanto, um regime diferencial de atenção, do que é posto como visível e do que resta na sombra. Nisso está inclusa – desde ao menos a publicação de “A escrita da cultura” (2017[1986]) de George Marcus e James Clifford – a famosa discussão sobre a posição do/a narrador/a antropólogo/a no relato e alternativas à hierarquização das vozes, tais como: o uso do discurso indireto livre (p.ex: CARNEIRO, 2014), do discurso direto do interlocutor por meio de transcrição e edição (p.ex: KOPE-NAWA E ALBERT, 2015), da centralidade na reprodução dos diálogos (p.ex: QUIRÓS, 2011), entre outras.

Mas a política da escrita etnográfica (e da literária) não se limita ao momento de sua composição; ela se desdobra nos efeitos produzidos no momento de recepção do texto (p.ex.: MARQUES E MATTAR, 2005) às vezes expressos por meio de re-

tornos (de satisfação ou descontentamento) dos interlocutores – o que é cada vez mais frequente – e dos chamados “pares”, praticantes da disciplina.

Seja como for, parece-nos que contornar a telescopagem das situações interacionais vividas em campo, evitando a aplicação apressada de conceitos analíticos, exige repensar a economia textual, permitindo mais espaço, não só em teses, mas também em artigos, para a descrição de lugares, ambientes, pessoas (humanas e não-humanas) e vozes. O que significa ir além da reflexividade narcisista, reexaminando o manejo usual de vinhetas etnográficas e dos regimes de citação, de tal forma que o dito e o feito<sup>3</sup> sejam apreendidos através de cenas que, se nunca podem ser reconstituídas em sua totalidade unitária, podem trazer mais indexações dos gestos, sensações e enunciados produzidos durante as situações de campo.

Se o que faz a etnografia é fixar no tempo ditos e feitos que estavam (e às vezes ainda estão) em curso, ela se aproxima da literatura (especialmente a que se pratica desde o século XIX) no movimento de captar o ordinário, nem sempre duradouro, às vezes mesmo fugaz, de modo a nos fazer notar algo de significativo que está ali (para as pessoas que vivem e/ou observam naquele instante) e que poderia se perder não fosse o registro (WOOD, 2008, p. 64; RANCIÈRE, 2017, p.12). É a recuperação de eventos, ambientes, ações e pessoas que

poderiam cair no esquecimento, na convenção ou na insignificância (FASSIN, 2014, p. 40) que mais parece aproximar etnografia e ficção numa modalidade relacional em que ambas podem sair ganhando.

Refletir sobre possíveis modalidades de relação entre antropologia e literatura pode ajudar etnógrafas/os na tarefa de traduzir as diversas maneiras de ser e estar no mundo presentes nos encontros que se dão durante o campo, e fazer justiça na restituição (que, aliás, não precisa ser apenas por escrito, mas por diversos meios<sup>4</sup>) à experiência vivida, às pessoas, às relações. No momento em que vários coletivos, com os quais antropólogas/os pesquisam, são lançados em situações de incerteza para condução da vida, é urgente pensar nos meios de expressão adotados para diferentes públicos com relação ao que eles dizem (e têm ainda a dizer), fazem (e têm ainda a fazer). Isso envolve, sem dúvida, imaginação.

## ENTREVISTA

### 1. Etnografias marcantes

Júlia Vilaça Goyatá: A primeira pergunta que a gente queria lhe fazer, Itamar, pensando que essa é uma entrevista que sairá no dossiê que comemora o centenário do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski, uma obra que marcou a constituição da Antropologia moderna, é se vo-

3. Para retomar um título de Peirano (2001) que desenvolveu diversas reflexões sobre etnografia enquanto trabalho de campo e etnografia enquanto escrita, e assina o prefácio à mais recente edição brasileira, de 2018, do *Argonautas*.

4. Assinalamos a vasta contribuição da antropologia audiovisual desde a institucionalização da disciplina, e mais recentemente o encorajamento a uma antropologia multimodal. Para uma reflexão epistemológica e metodológica sobre colaboração de antropólogos com artistas, ver, entre outros, Biehl (2020). O recente trabalho de Alarcon, Paciornik e Da Silva (2020) é a restituição da pesquisa em outro meio (quadrinhos) que não apenas a escrita, em que a coautoria se dá com um artista e com uma interlocutora, ao mesmo tempo.

cê leu este livro, quando o leu, e se a obra lhe causou um impacto na época da leitura.

Itamar Vieira Jr.: Eu li sim, já há bastante tempo e acho que faz parte do meu período com trabalhos etnográficos. Foi um dos primeiros que li. Não sou antropólogo de formação, estudei Geografia, sou mestre em Geografia e fiz um doutorado em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia. Fui orientado por uma antropóloga no doutorado e a minha tese tem uma ênfase importante no campo da Antropologia. Tem uma leitura antropológica daqueles fenômenos, sobre os quais me debrucei<sup>5</sup>. E a escolha do tema foi quase que imposta, mas eu vou voltar a falar dos *Argonautas*.

Eu sou servidor do INCRA há mais de quinze anos. Inclusive, comecei a trabalhar no estado do Maranhão. Morei em São Luís por três anos e andei bem pelo interior do estado. Meu primeiro contato com uma comunidade que se autorreconhecesse como indígena, quilombola, foi no interior do Maranhão. E trabalhando no INCRA, a gente tem uma série de limitações para estudar, para se qualificar. Não sei como andam as coisas agora, nesse governo [de Jair Bolsonaro]. No meu caso, foi no governo Dilma [Rousseff], quando comecei o doutorado. Então se a gente precisasse estudar, se afastar, havia autorização desde que o tema de pesquisa fosse voltado para a qualificação profissional. O que era uma coisa boa, mas ao mes-

mo tempo engessava. Então o meu campo de estudo foi a regulação fundiária de uma comunidade na Chapada Diamantina, a comunidade da Iuna. Mas muito antes disso eu comecei a ter contato com a Antropologia. Já na graduação em Geografia temos a opção de fazer disciplinas eletivas e eu lembro que, quando li *Argonautas*, tive uma experiência muito reveladora, porque são os trobriandeses, estava aqui me recordando. Essa ideia de escrever sobre uma cosmovisão muito própria, de uma comunidade indígena do Pacífico, para mim foi uma experiência marcante, assim como foi com Marcel Mauss, que eu também li nesse período, *O Ensaio sobre a Dádiva*, e depois *Os Nuer*, de Evans-Pritchard...<sup>6</sup> Eu passei por esses clássicos. Estou até olhando aqui para a estante para ver se encontro mais alguns.

JVG: Essas leituras foram realizadas em disciplinas eletivas então, Itamar?

IVJ: Isso. Mas o interessante é que essas leituras obrigatórias me levaram a leituras espontâneas, porque eu fiz muitas leituras de etnografias depois. Etnografias de povos indígenas da Amazônia, por exemplo. A minha própria orientadora fez um trabalho sobre os Kanamari na Amazônia Ocidental<sup>7</sup>. Tem muita coisa que aparece nos meus escritos literários. Uma etnografia dos Jarawaras mesmo aparece em um conto chamado “O espírito aboni das coisas”<sup>8</sup>. Ainda que eu não tenha um compromisso

5. VIEIRA Jr., I. “Trabalhar é tá na luta”: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

6. MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925]; EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1995 [1940].

7. CARVALHO, M. G. *Os Kanamari da Amazônia Ocidental: história e etnografia*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998

8. O referido conto encontra-se no livro *Doramar ou a Odisséia*, São Paulo: Todavia, 2021.

com a verdade factual, a etnografia abriu possibilidades para que eu pudesse escrever, imaginar, emular, recriar aquele mundo que é revelado ali.

Tem diversas etnografias de que gosto muito e elas nem sempre são sobre comunidades de povos autóctones. Tem uma, que é de uma professora do Museu Nacional, Maria Elvira Benítez, que se chama “Nas redes do sexo”, um trabalho etnográfico sobre a indústria dos filmes pornô<sup>9</sup>. Eu acho que é um trabalho tão impactante, que restitui a humanidade dos personagens, que a gente vê de uma forma tão exposta nos filmes, às vezes tão desumanizada, e ela restitui isso, mostrando que há uma vida por trás, e que eles querem performar, que eles se consideram atores, que eles acham aquilo muito bom, e eu acho essa abordagem maravilhosa. Eu lembrei também de *As Lanças do Crepúsculo* do Phillipe Descola, do *Tristes Trópicos* do Lévi-Strauss, e por aí vai<sup>10</sup>. São muitos. Um livro que me ajudou sobremaneira a entender o jarê foi o *As Forças do Jarê*, do Gabriel Banaggia, que eu li quando era tese ainda<sup>11</sup>.

Eu sei que ele [Gabriel Banaggia] leu *Torto Arado*, porque falou um dia para mim que tinha lido. Elogiei o livro dele porque é um livro fabuloso, que me permitiu adentrar [no mundo do jarê], porque eu tive essa experiência pessoal de conhecer o jarê. Na comunidade na qual eu trabalhei não existia o jarê, mas existia a memória do jarê e eu tive a oportunidade de conhecer o jarê em outros lugares. Mas claro, sempre a visão do

outro, a visão de quem vive a prática. E era também importante entender a partir da ciência, a partir da disciplina da antropologia como isso era compreendido. Então a obra do Gabriel iluminou muita coisa para mim.

## 2. Do campo ao romance: trânsito de linguagens

Igor Rolemberg: É interessante o que você diz porque é possível observar que a partir de uma mesma experiência de campo houve um trabalho que exigiu um trânsito de linguagens, entre a acadêmica, a burocrática, a literária. Ao mesmo tempo em que você estava estudando a regularização fundiária na comunidade da Iuna para a tese, havia o processo administrativo acerca do tema sob sua responsabilidade. Então havia essa linguagem dos laudos e dos relatórios, por um lado, e a linguagem acadêmica com um forte tom etnográfico, por outro, a que se junta também a linguagem literária para a criação de seu romance. De que forma a etnografia que você realizou com o povo da Iuna contribuiu para a ficcionalização do romance *Torto Arado* (2019) e para a construção dos personagens da fazenda Água Negra? Dentro dessa pergunta, também queremos saber sobre as relações possíveis entre o documental e o imaginativo. Ajudou na construção dos personagens? Na construção do enredo? Na multiplicidade dos focos narrativos?

IVJ: Interessante a pergunta. Esse é um livro que eu já alimento, já guardo, há muitos

9. DÍAZ-BENÍNTEZ, M, E. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

10. DESCOLA, P. *As lanças do crepúsculo: relações jivaro na alta Amazônia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006 [1993]; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].

11. BANAGGIA, G. *As forças do jarê: religião de matriz africana da Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

anos, o *Torto Arado*. Inclusive o título surgiu na minha adolescência. Eu cheguei a escrever oitenta páginas em uma máquina de escrever, muito influenciado pela literatura da geração de 1930 e 1945. E a história dessas duas irmãs nasceu ali, com a relação que elas tinham com o pai e com a terra. Meu encontro com a comunidade de Iuna se deu nesse contexto de trabalho [no INCRA] e foi uma experiência transformadora, tanto do ponto de vista profissional, quanto do pessoal. Porque ali, o meu trabalho burocrático, o meu trabalho como servidor, se aprofundou de uma maneira mais intensa, depois de anos de experiência. Olhando de uma maneira mais acurada aquela realidade, eu pude me deter ali. Lembro que quando fiz a seleção para o doutorado, eu queria fazer um estudo muito mais amplo. Todos nós fazemos isso e depois descobrimos que não dá tempo ou que não é tão interessante. No meu caso, descobri que não era tão interessante, que era melhor mergulhar nos aspectos mais subjetivos da comunidade e entender sua constituição. Pude aprofundar meus estudos e também encontrei uma comunidade muito acolhedora, muito especial, nesse sentido.

Fiz muitos trabalhos na Chapada Diamantina que vão além da Iuna. Fiz um trabalho de diagnóstico que envolveu diversas comunidades, passei muitos anos indo para a Chapada. Não trabalhei apenas lá, mas também no baixo sul da Bahia, e no oeste do estado. Ou seja, andei, trilhei, por muitas comunidades. Em algumas a gente acaba estabelecendo laços. Vocês que são antropólogos sabem, a gente termina constituindo amizades. Às vezes encontramos pessoas mais receptivas para falar sobre si e com quem também conseguimos falar sobre nós mesmos de uma maneira mais honesta. Então realmente foi um encontro único. E enquanto eu estava escrevendo a tese – acho

até que aponto isso no preâmbulo da tese – estou pensando na linguagem, sobre como a minha linguagem como servidor é completamente diferente, uma linguagem muito mais rígida, inclusive, do que a linguagem acadêmica. Na linguagem acadêmica, a gente ainda encontra certo nível de liberdade, mas ainda assim tem as normas, ainda assim é engessada de alguma forma. E a linguagem literária é um terreno completamente livre. Inclusive a gente não tem um compromisso com a verdade; a gente tem um compromisso com a história, com a imaginação. E eu me lembro que na tese escrevi algo assim, falando sobre a linguagem literária, que aquele encontro tinha sido tão generoso, tão cheio de história, que se aquela história fosse um texto literário...

Porque os textos literários, é claro que nem todos, conseguem sobreviver ao tempo. As teses também, se a gente pensar em *Argonautas* fazendo cem anos, que era um trabalho de campo e ainda assim consegue. Mas eu acho que a literatura tem um poder de comunicação muito maior, porque todo mundo que sabe ler está habilitado a ler literatura. Pode compreender ou não, pode tocar aquela pessoa ou não, mas ainda assim ela pode. Uma tese de Antropologia dificilmente é lida por pessoas de fora daquele círculo e o mesmo eu digo da Geografia, das Ciências Sociais, da Filosofia. Ela dificilmente extrapola aqueles limites. E a literatura tem esse poder de comunicação muito próprio e é um poder de comunicação que vai além. Porque ainda que na Antropologia a gente possa narrar as vidas daquelas pessoas e apresentar a sua cosmovisão, todo o seu universo, a literatura extrapola essas fronteiras. Você pode ter desde um matemático até um trabalhador urbano, qualquer pessoa pode ler. Eu digo isso porque *Torto Arado* é um livro que me surpreendeu. Você



tem desde celebridades, que eu nunca imaginei pegando um livro assim para ler, e de fato lendo e falando sobre isso, até as pessoas mais simples, mais humildes. Inclusive as pessoas nas comunidades, nas comunidades quilombolas [leram]. O que eu acho que é mais valioso do que qualquer prêmio: ver eles se apropriarem disso, se reconhecerem naquela história, se emocionarem. Isso é muito forte. Então, na tese já falo sobre isso.

Eu já estava em uma região que, não sei se vocês conhecem, é um lugar especial. A natureza tem uma força muito grande ali, seja pelas formas, pela geomorfologia, pela natureza, pela fauna, pela flora. É um lugar de muita intensidade. E ao mesmo tempo a vida, a história daquele lugar, de como começou a povoação, onde existiam originalmente povos originários. Mas com a descoberta do diamante houve um grande fluxo de pessoas, de trabalhadores escravizados, forros, semilibertos, para aquela região. Um grande fluxo, seja do recôncavo da Bahia, seja das Minas Gerais, onde os trabalhadores já tinham essa expertise na exploração do diamante. Então é uma região que tem uma história muito intensa, uma história diferente, uma história muito própria. E a gente ainda encontra o resquício dessa história, nesse ambiente. Depois que terminei a tese, que defendi, retomei o projeto de romance e aí eu já estava saudoso. Fica um vazio depois de terminar a tese. Aquela coisa que não tem nome; parece que morreu alguém mesmo, ou que um filho deixou a casa e foi morar fora. E ocupei esse vazio com a escrita literária. Aí retomei o projeto, a história das duas irmãs e tudo o que acontece lá, e transportei essa história para essa região da Chapada Diamantina.

De alguma forma, as personagens se misturaram àquelas vidas que eu conheci, àquelas vidas que me ensinaram tanta coi-

sa. Era uma forma talvez de eternizar, de homenageá-las de uma maneira muito particular, muito própria, com o que eu sei fazer. Se eu pintasse, talvez eu pintasse eles, fizesse um retrato. Escrever pelo menos eu acho que aprendi, então vai com a escrita mesmo. E foi assim que essa história nasceu. Ela nasceu muito antes de tudo isso, me acompanhou, mas ganhou vida, profundidade, densidade, nesse meu encontro com a comunidade de Iuna, principalmente. Mas eu não diria que foi só com a comunidade de Iuna, e sim com inúmeras outras por onde passei. Acho que muitos outros lugares, do Maranhão à Bahia, me atravessaram de tal forma que isso aparece [na criação]. Tem coisas que são, por exemplo, pura imaginação. A relação entre as irmãs, o acidente com a faca, a mudez de uma irmã. Tudo como é contado ali, daquela forma, é tudo imaginação. Mas há coisas estritamente reais. Por exemplo, a violência contra a mulher. Isso aparece na minha tese, muitas vezes. Toda forma de opressão que existe naquele sistema de morada e está ali, muito implícito, de alguma forma é transportada para o romance também.

IR: A raridade das casas de alvenaria, né?

IVJ: Exatamente. Aquilo de fato é uma coisa que a gente vê com muita frequência pelas fazendas. Essa impossibilidade de construir casas de alvenaria para não demarcar o tempo daquelas pessoas na terra. Porque se o proprietário quiser vender, a casa de barro se desfaz rápido. E se você passar rápido por um lugar em que tem casas de pau a pique desfeitas, você não diz que ali houve uma casa, porque tudo se desmancha. Vira terra mesmo. Não tem como dizer que ali foi uma morada. E a casa de alvenaria não. Ela precisa dos alicerces, já é muito mais complicado. E isso eu vi em inúmeros lugares e de maneira muito mais en-

fática lá na Iuna, esse interdito da construção. Era uma coisa que todos me diziam. E aí isso vai para o romance.

JVG: É interessante, Itamar, porque a gente pode pensar, de uma maneira mais rápida, que não só a etnografia lhe inspirou, mas que na verdade você também levou a história para conversar com o povo da Iuna. Funcionou nas duas direções.

IVJ: Também. Acho que as duas coisas se retroalimentam.

JVG: Eu fiquei pensando também na escola, quando você falou das casas de alvenaria.

IVJ: A presença da escola foi algo que eu vi, de fato. Não só na Iuna. Porque quando eu ingressei no INCRA, comecei a trabalhar no Programa de Educação na Reforma Agrária. Vocês já devem ter ouvido falar do PRONERA. Passei três anos trabalhando no PRONERA e eu via o quanto eles se agarravam àqueles cursos, à possibilidade de aprender. Não era nada absolutamente fácil, mas era uma coisa que eles guardavam. Então em Iuna eu encontrei a história do Seu Rosalvo, que fez isso. E de alguma forma ela foi parar no livro. Eu achei tão bonito aquilo...

IR: Pois é. Uma das coisas em que fiquei pensando ao ler sua tese – pode parecer um exercício até escolar – são os muitos espelhamentos entre alguns personagens da tese e do romance. O Rosalvo é um deles, além do fato de sua mãe se chamar Ana Chapéu Grande, um sobrenome que volta no romance. A tese pareceu inspirar outras personagens...

IVJ: É, a Ana do Chapéu Grande volta como Donana para contar essa história. Aquele sobrenome, Chapéu Grande, era inevitável. Mas Rosalvo não era Chapéu Grande. Rosalvo era apenas Rosalvo. Mas ele retorna para nomear as coisas. Isso de alguma forma foi, sim, uma homenagem a es-

sa história. Uma história que estava lá soterrada, sepultada, como em inúmeros lugares há histórias soterradas. E esses personagens, como a Salustiana [do romance]: acho que muito da Dona Jovita [da tese], e do que aprendi sobre parto, aparece nela. Claro, muitas mulheres me ensinaram. Andando pelo campo a gente encontra muitas mulheres contando sobre essa experiência, é algo comum. Mais comum do que na cidade. Mas a Dona Jovita falava de uma forma muito encantadora. Ela estava ensinando uma ciência: a ciência do nascimento, da concepção, de trazer as pessoas ao mundo. E depois, nesse exercício de preencher o vazio da tese, de saudade, de homenageá-los de alguma forma, acho que isso aparece no romance. Um outro ponto é que eu não sabia como as pessoas receberiam esse livro.

IR: Que pessoas? As da comunidade?

IVJ: Não, pessoas externas. Eu tinha medo de perturbar de alguma forma a vida deles. Claro que não fazia sentido nomear o lugar, Iuna, mas pensei em algum momento em fazer uma referência, em dedicar alguma coisa. Mas eu tinha medo, porque eles eu sei quem são, mas os leitores eu não conheço. Então tinha medo de isso terminar prejudicando eles de alguma forma, seja pelos fazendeiros que os perturbam ainda, seja pelas pessoas que tivessem apenas a curiosidade de chegar lá e atrapalhar a vida deles. Então esse trato era nosso. Quando eu recebi o livro, quando foi impresso, encaminhei para eles, assim como a tese e outras coisas.

Tem uma pessoa lá, Iracema, que ainda hoje é liderança, e foi organizando leituras comunitárias. Aconteceu em outras comunidades quilombolas também. As pessoas foram descobrindo pouco a pouco e foram se apropriando. Semana passada mesmo eu mandei cinco livros para a comunidade de

Conceição de Salinas, que é uma comunidade pesqueira aqui no Recôncavo. E outras comunidades também pedem, as pessoas vão descobrindo, vão me procurando e eu vou conversando.

### 3. Linhas e tramas

JVG: Isso era uma coisa que a gente ia lhe perguntar mesmo, sobre a recepção do livro na Luna e nas comunidades da Chapada. Mas saindo um pouco do universo do seu trabalho de campo e voltando para o das leituras antropológicas, Itamar, você deu recentemente um curso sobre as contribuições de Tim Ingold. Ficamos interessados em saber de sua relação com esse autor<sup>12</sup>.

IVJ: Engraçado, eu conheci o Ingold quando fiz um curso com o professor Carlos Alberto Steil na universidade, enquanto estava no doutorado. Ele é professor da UFRGS, mas deu um curso aqui na Bahia. E nesse curso a gente estudou o Viveiros de Castros, o Bruno Latour e o Tim Ingold. E achei um curso interessante, aquilo me despertou para conhecer mais do Ingold. Acho que descobri algumas afinidades naquele curso e aí depois eu fui atrás da obra dele, que terminou me influenciando muito. Acho que falo muito dele na tese, inclusive. Acho que o Ingold é um antropólogo que tem uma abertura muito grande, incorporando influências das pesquisas dele, do que ele aprendeu entre os povos originários, sejam os Lapões, em sua tese, mas também os Koyukon, do Alasca e os Even, na Sibéria. A Antropologia que ele descreve não parte de um lugar apenas, mas de vários, eu tive essa impressão. Isso para mim foi muito transformador.

E depois, quando dei esse curso, fui provocado a pensar sobre as relações entre o trabalho do escritor e o do antropólogo. Há uma relação muito forte entre as duas coisas. E aí estou falando daquelas questões básicas, bem primárias, que a gente aprende quando está em um curso de iniciação à Antropologia, sobre a etnografia, a pesquisa de campo, o estar em campo. Para o escritor as coisas ocorrem de uma forma parecida, com suas personagens, ou seja, ele precisa de um tempo para conhecer aqueles personagens, às vezes conhece ao longo da pesquisa, às vezes conhece com aquela vida interior que experimenta nele ou nela, no escritor, na escritora. Ele aos poucos vai entendendo, compreendendo aquela complexidade das personagens. Então há muitas semelhanças entre o exercício do escritor e o exercício do antropólogo.

A primeira parte do curso tratava dessa relação entre Antropologia e Literatura. A segunda parte falava sobre a constituição das personagens e dos pressupostos que o Ingold traz para a Antropologia: o que nós fazemos, o que ocorre entre o antropólogo e os sujeitos da sua pesquisa é um exercício de aprendizagem mútua. Tanto o sujeito quanto o pesquisador estão aprendendo ali. E aí eu trago isso para falar das personagens. A ideia do devir humano, que ele traz do Deleuze, é muito presente nos escritos do Ingold. Aquela ideia de que o personagem não é um conjunto de características, mas um fluxo, um devir mesmo, que ele está acontecendo e se transformando a todo momento.

Se eu fosse escrever uma continuação para a história – estou só imaginando aqui, porque é algo que não vai ocorrer, uma continu-

12. O referido curso foi realizado remotamente entre agosto e setembro de 2020 pela Escrevederia e tinha como título “A literatura como experiência antropológica”. Para um resumo de sua proposta ver: <https://escrevedeira.com.br/produto/a-literatura-como-experiencia-antropologica>.

ação de *Torto Arado* – e se eu continuasse falando das duas personagens, da Bibiana e da Belonísia, certamente algumas características seriam mantidas, mas elas iriam nos surpreender com coisas novas, porque a vida é assim. Eu me lembro que na segunda parte falava sobre personagens, na terceira eu falava sobre o mundo-tempo, que é a paisagem das histórias literárias, ou seja, imaginar que as paisagens, o espaço onde se dá uma história, uma narrativa literária, não é um palco, onde as pessoas chegam e atuam. É um personagem também, que está interagindo o tempo todo com elas. Isso o Ingold traz com grande intensidade nesses escritos dele. Inclusive o conceito tempo não é o tempo cronológico, é o tempo atmosférico. Essa ideia de que estamos em trânsito, sempre.

E a última parte era falando justamente sobre linha. Como o conceito de trilha se aplica à ideia de trama, porque cada pessoa é uma linha de vida, que fala do seu percurso. Inclusive, para ilustrar isso, o Ingold fala sobre os Even. Quando perguntam a eles qual é sua origem, onde nasceram, eles não conseguem falar disso de uma maneira como nós conseguiríamos falar. Para eles, a origem é todo o percurso que fizeram. E é um povo nômade, ou seja, não faz sentido perguntar em que lugar eles se originaram, porque a origem deles é todo o percurso que fazem. Eu achei isso fabuloso. E a ideia de trama, de um tecido que são linhas entrecruzadas. O conceito de linha que ele traz é o mesmo: a minha linha de vida tocou aqui nesse momento com a linha de vida de vocês e quando a gente terminar essa conversa vamos seguir nossas histórias. E vamos continuar encontrando outras pessoas e a trama vai continuar sendo tecida. Essa mesma ideia de li-

nha eu levo para o conceito de trama, a trama literária, de como ela se constitui.

JVG: Ele vai usar inclusive essa imagem do tecido invertido, quando você vê o revés dos pontos. E a trama se opõe a essa ideia de rede, porque a rede está conectada por pontos e a trama está conectada por linhas em fluxo.

IVJ: É, ele é um crítico da teoria ator-rede. Faz com muita elegância, mas ele é um crítico.

JVG: É muito bonito, porque ele tem essa reflexão que relaciona espaço e tempo, pensando os percursos dos caminhantes.

IVJ: A ideia de peregrino que ele traz, do peregrinar é interessante. Inclusive, o Ingold faz muito uma coisa que os escritores gostam de praticar: ir à etimologia da palavra, para entender o significado primevo dela. E o significado da palavra peregrinar é caminhar através do campo, através do espaço. E essa ideia do peregrino é uma ideia muito forte, e ele traz essa ideia, também. A linha seria esse peregrinar, o peregrinar de todos, indistintamente. Foi algo que me fascinou. E talvez esse mundo que eu vivo, esse mundo tão subjetivo, de vivências, experiências, de narrativas, acho que foi algo que casou muito com essa ideia.

#### 4. O realismo e a imaginação

IR: Itamar, agora voltando um pouco para aquilo que você falou, da geração de 1930 e 1945 e como elas te inspiraram na criação de *Torto Arado*. Em outras entrevistas você falou da influência do Jorge Amado e de seus romances, que compõem o ciclo da terra, como *Seara Vermelha* e *Terras do Sem Fim*<sup>13</sup>. A gente se lembrou de toda a controvérsia literária, suscitada principalmente pela crítica de fatura uspiana, que via

13. AMADO, J. *Seara Vermelha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1946]; AMADO, J. *Terras do Sem-Fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1943].

em Jorge Amado um certo lirismo que beirava a romantização das classes populares para cumprir determinados fins ideológicos, até por conta de sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro. Gostaríamos de saber se você se confrontou com críticas nesse sentido, ou se você já se colocou essa questão, e como responde a ela.

JVG: Curiosamente, o Jaques Roumain, cujo livro *Senhores do Orvalho*<sup>14</sup> você resenhou recentemente, também poderia sofrer esse mesmo tipo de crítica, muito embora seja distinto o tratamento que as religiões de matriz africana recebem em Jacques Roumain (para o caso do vodu) e em Jorge Amado (para o caso do candomblé).

IVJ: É interessante. A gente está sujeita à crítica e já saíram várias [para o *Torto Arado*]. Os leitores estavam lendo, gostando do livro. O livro foi publicado em 2019 e não teve tanta repercussão. Pouco a pouco foi conquistando algumas notícias, algumas matérias. Por conta da pandemia, participei no ano passado [2020] de muitos clubes de leitores. Mas aí o livro, no final do ano, ganhou o prêmio Jabuti e o prêmio Oceanos. Ele foi publicado porque ganhou o Leya [em Portugal]. E depois disso parece que todo mundo resolveu ler e aí saíram algumas críticas. Teve uma crítica muito pesada, foi algo no Twitter. Eu nem tenho Twitter, eu tinha um só para olhar e não postava nada. Até cancelei a conta depois disso. Foi uma jornalista que disse que essa era uma história para apaziguar a má consciência branca. Essa foi a mais forte, a que mais me machucou, pelo teor. Mas tiveram umas que foram engraçadas. Teve uma, por exemplo, que saiu na Revista *Crusoé*, e que dizia: “é o melhor livro de literatura soviética publicado nos últimos três anos no Brasil” (risos).

Ou seja, críticas sempre há. Não sei se diretamente tem o mesmo teor das críticas que foram feitas ao Jorge Amado e ao Jacques Roumain, porque eu até evito ler algumas coisas. Não vão acrescentar nada ao que eu penso e não quero que essas coisas me inibam, também, de pensar. Não é importante. Assim como os elogios também não são importantes, porque podem lhe colocar em um lugar em que você talvez nem esteja. Então não gosto desse ambiente de elogio. Claro, às vezes a gente precisa do elogio para poder divulgar o trabalho, mas não é muito a minha seara. No entanto, não sei se tem o mesmo teor das críticas ao Jorge Amado.

Acho que o bom de escrever literatura é que tudo é possível. É um terreno de liberdade. Talvez eu estivesse preocupado, como eu me preocupei, por exemplo, de fazer algumas referências a algumas comunidades, até nos agradecimentos, e que elas fossem importunadas por loucos. Se me perturbam, imagina para uma comunidade que vive [em disputa de terra]. Isso exigia uma responsabilidade minha, inclusive de não externar isso. Eu penso que se me falassem sobre o jarê na obra, que é o que a gente poderia relacionar mais diretamente aos textos do Jorge Amado, por exemplo, que falam do candomblé, ou do Jacques Roumain, que fala sobre o vodu, o que eu posso dizer é que ali o meu compromisso era com as minhas personagens e de apresentar as práticas delas como se eu estivesse fazendo um trabalho antropológico mesmo. Vocês são antropólogos, vocês sabem. Vocês vão falar de um determinado grupo, vocês vão colocar suas impressões, claro, mas em algum momento vocês vão dizer sobre o modo como eles pensavam isso. E na literatura eu acho que a gente deve se anular por com-

14. ROUMAIN, J. *Senhores do Orvalho*. São Paulo: Carambaia, 2020.

pleto, porque o que deve surgir de fato é aquilo que é importante para a personagem e não para o escritor. E para aquelas personagens aquela manifestação era importante. Era de tal modo importante que mesmo que algumas delas já não a praticassem mais, a última parte de *Torto Arado* é narrada por uma entidade do jarê. Acho que é o ápice do que um antropólogo poderia fazer, que seria ouvir e ser capaz de compreender.

E a história da Santa Rita Pescadeira é bem curiosa porque, andando por essas comunidades da Chapada, eles falam de jirê/jarê e, assim como surgiu em Iuna, em outras comunidades também surgiu a imagem da Santa Rita Pescadeira. Mas era a única encantada de quem ninguém conseguia falar mais nada além do nome, porque ninguém mais a incorporava. Se eu souber, algum dia, de alguém que a incorpore, pode ser que ela volte, que a literatura ajude (risos). Porque é muita ingenuidade a gente achar que a literatura não vai influenciar de alguma forma a realidade. Eu já vi, por exemplo, se multiplicarem as matérias sobre o jarê, coisa que não vi em quarenta anos. A ideia da última narradora é de homenagem mesmo a todas as práticas, às pessoas daquele universo. Inclusive falam do livro, e eu não gosto muito, dizendo que é realismo mágico. Eu digo que isso é a realidade, não tem nada de realismo mágico, porque é assim que as pessoas veem e observam esta realidade. Então vamos nos despir de tudo isso para a gente poder compreender, porque a nossa visão de mundo não é absoluta. A gente precisa estabelecer formas de interseção com as formas de ver o mundo de outras pessoas.

JVG: E essa terceira parte eu diria que tem todo um esforço, muito contemporâneo, que se assemelha ao de algumas et-

nografias que buscam descrever a vida social dos espíritos e de fato trazer esse ponto de vista dos encantados ou entidades para os trabalhos.

IVJ: Como eu disse a vocês, eu não descobri ninguém que me falasse mais da Santa Rita Pescadeira e ela virou um enigma. E a gente gosta de desafios e se debruça sobre enigmas. Quando eu comecei a contar a história de *Torto Arado*, iniciei pela segunda parte – para vocês eu conto – a partir da morte do pai, a morte do Zeca Chapéu Grande. E cheguei a escrever cinquenta páginas. A partir dali eu comecei a perceber que tinha a história da mudez da Belonísia, uma mudez que não fica evidente na primeira parte, porque até ali não sabemos qual das irmãs está muda; a gente descobre nessa virada. Então percebi que tinha a história da mudez da Belonísia e decidi voltar. E quem iria contar essa história seria a Bibiana. E foi aí que comecei a contar a história e avancei, escrevi as duas primeiras partes, revisei, e sabia que teria uma última parte. Em algum momento pensei que poderia ser a Domingas, a irmã das duas, mais jovem [a narrar a terceira parte]. Mas aí quando eu escrevi a primeira frase, que foi “meu cavalo morreu”, algo assim, sabia que agora era uma encantada que estava contando a história. Não fazia sentido que fosse um encantado, porque as duas últimas narradoras eram mulheres e tinha que ser outra mulher para seguir essa linha. Seria um desafio falar de Iansã, Santa Bárbara, de Oxóssi, Tupinambá, porque eles fazem parte desse universo, eu sabia tudo sobre eles. O Gabriel Bannaggia já sabe também, ele escreveu sobre isso. A Miriam Rabelo que teve uma tese na década de 1990 que nunca foi traduzida, mas que está disponível aqui na

biblioteca, também escreveu sobre isso<sup>15</sup>.

Resolvi, então, me agarrar a uma personagem que ninguém conhece, que as pessoas já não sabem dizer o que fazia. E é dessa forma que ela se apresenta. Eu pensava: “Por que Santa Rita Pescadeira? Não é porque está no mar, já que é uma região muito distante do mar. Então é a relação que tem com os rios”. Eu sabia que todos os encantados se manifestavam de alguma forma. Assisti a celebrações do jarê, não em Luna, onde não existe mais, mas em outras localidades. Acho que vocês viram na tese. Inclusive fotografei e tudo. E pensei: “Como será que ela se apresenta?”. E imaginei ela fazendo movimentos com os braços, como se fosse o fluxo do rio mesmo. E o que ela faz entre eles, já que é uma pescadora? Ela joga a malha de apanhar peixe, para levar as desgraças das pessoas que estão ali reunidas na celebração. Isso tudo é imaginação, não foi nada que eu vi, de fato. Ninguém sabia nada sobre essa encantada. Não sei se eu vou ficar feliz ou triste se a Santa Rita ressurgir de novo fazendo todas as coisas que ela faz no livro.

## 5. Em torno da autoridade narrativa

IR: Gostaríamos de falar um pouco da questão do narrador e da autoridade do narrador na elaboração do relato. Tanto na Antropologia, quanto na Literatura, algumas soluções têm sido propostas, quando se objetiva combater essas hierarquizações entre vozes de interlocutores/as na escrita. Há algumas formas, como a prioridade ao discurso direto, por exemplo, quando o escritor ou

antropólogo faz o papel de editor, operando uma seleção/montagem de falas de um fluxo transcrito. Nesse sentido, a gente pode pensar no trabalho da Svetlana Aleksievitch, ou então em *A Queda do Céu*, do Koppenawa e do Bruce Albert<sup>16</sup>. Uma outra opção seria a de fazer a descrição primar sobre a narração mantendo o caráter fragmentado do relato. Há autores e autoras que recorrem ao subjetivismo, à reflexividade, assumindo essa inacessibilidade ao outro e focalizando suas experiências nas interações, bem como aqueles que privilegiam a reprodução de diálogos, e ainda as/os que preferem utilizar o discurso indireto livre. Queremos saber sobre suas reflexões acerca desses dispositivos de escrita para a continuidade do seu trabalho.

IVJ: Interessante isso. É um desafio para mim. A escrita da tese também foi um desafio nesse sentido, de como contar essa história. Claro, acho que a gente não tem plena liberdade no trabalho acadêmico para emular ou recriar narradores e apresentar de uma forma absolutamente nova. Acho que é muito mais natural a gente seguir esse caminho onde nos incluímos naquela história e falamos do contexto, que lugar ocupamos em relação a eles e como a gente pode contar essa história. Acho que todas as formas são válidas desde que a gente consiga respeitar esse espaço dos sujeitos, que eles também possam se manifestar, que também tenham voz ali. E não é a nossa voz que vai falar pela voz deles, é a voz daquelas pessoas mesmo que tem que dizer. Acho que todos os recursos dos quais a gente dispõe para que isso

15. RABELO, M. *Play and struggle: dimensions of the religious experience of peasants in Nova Redenção, Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – University of Liverpool. Liverpool, 1990.

16. KOPENAWA, D. ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ALEKSIÉVITCH S. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

de alguma forma aconteça são válidos. Sei também que isso nunca é realizado plenamente. Dependendo de quem for ter contato com eles, sempre vai surgir uma versão distinta. Teve até uma antropóloga que foi fazer um trabalho mais de cinquenta anos depois, entre os Nuer, não foi? Não li o livro inteiro, porque ele não foi traduzido, mas eu lembro de ter lido alguns capítulos, e ela desconstrói um pouco, né?

Ela voltou e, claro, o olhar é outro, o mundo é outro. Já na literatura, acho que a gente pode assumir esse lugar sem nenhum pudor. Veja o que aconteceu: até um espírito tem voz na literatura. Eu não diria nem que ele ganhou voz, ele encontra a própria voz. Os personagens vão encontrando a sua própria voz. É claro que o autor tem que ter habilidade para permitir que isso ocorra. Pode dar certo ou não. Pode ser um fracasso, às vezes. Assim como ocorre com o trabalho etnográfico, também. Se não tiver habilidade, ele pode não acrescentar nada a quem lê.

## 6. Mulheres na narração

JVG: Itamar, a última pergunta que a gente tinha previsto é sobre as narradoras-personagens. Você até já falou um pouco sobre isso. O protagonismo feminino no enredo dos seus contos.

IVJ: No *Doramam ou a Odisséia*, meu livro mais recente, eu não sei se vocês leram, tem também uma história interessante, que surge do meu contato em 2009 com uma comunidade do sertão da Bahia, chamada Tijuacu. É a história de Alma.

Quando cheguei lá, eles tinham um rela-

tório publicado<sup>17</sup> e fui lá fazer notificações. Tinha lido o relatório e tinha ficado muito entusiasmado com a história deles. A comunidade foi fundada por uma mulher que era escravizada e deixou o cativeiro. Ela fugiu a pé, andou quatrocentos quilômetros de Salvador até esse lugar, onde não existia nada. Levantou uma casa, fez dali morada e outras pessoas foram se juntando depois. É uma história quase clássica, porque muitas comunidades surgiram dessa maneira. Mas a história dessa mulher, que se chama Mariinha Rodrigues, a caminhada dela, essa jornada, é uma odisséia, né? Ela anda quatrocentos quilômetros a pé! O que sobrou dela depois dessa jornada? E essa história me acompanhou durante muitos anos.

Em 2015, quando estava escrevendo a tese, eu já estava pela metade, deixei a tese de lado porque não aguentava mais. Havia conseguido uma licença de um ano para escrever a tese. E decidi que ia fazer literatura, e passei três meses escrevendo contos, a maior parte dos quais está em “Doramam ou a Odisséia”. E aí um dos contos é “Alma”, onde eu imaginei como teria sido essa jornada. Por que essa mulher teria deixado a casa? Tanto que essa mulher não se chama Mariinha Rodrigues, e por essa razão: porque é tudo imaginação. Eu poderia fazer algo que não fosse plenamente aceito por aquelas pessoas, já que é minha imaginação. Tive esse cuidado de separar as coisas. Que eles guardem essa memória da Mariinha Rodrigues, a memória deles. E a memória literária é a memória de Alma, buscando entender por que Alma foge, mas eu não vou contar o porquê senão estraga a surpresa. Quando vo-

17. Trata-se de um relatório antropológico, com a história da comunidade, ocupação do espaço, entre outros elementos, que o INCRA desenvolve como uma das etapas para o reconhecimento de uma área enquanto território quilombola.



cês lerem vocês vão descobrir.

Sobre Mariinha Rodrigues não sabiam nada sobre ela, a não ser que deixou Salvador e caminhou quatrocentos quilômetros até Tijuacu. Pronto. E eu pensava sobre uma pessoa caminhar quatrocentos quilômetros. É uma heroína, porque ela desafiou o sistema escravagista, fugiu do cativo, foi em busca da liberdade. São sentimentos universais, humanos.

IR: Ela já reunia características de uma personagem romanesca, é isso?

IVJ: Exatamente. E ali eu me debrucei e surgiu essa narrativa curta, que foi a história de Alma. Também fruto dessa fricção com a realidade.

IR: Pois é. E uma coisa que também interpelou a gente é justamente esse protagonismo feminino nas suas narrativas. A gente nota na sua tese também. Porque a maior parte dos seus interlocutores são mulheres.

IVJ: É verdade.

IR: Jovita, Albertina, Creusa, Iracema...

IVJ: Analice.

IR: Pois é. Tem o Rosalvo, mas como ele faleceu antes, conhecemos sua história através de Jovita. E a gente ficou com essa questão de como você trabalha a alteridade de gênero. Nas comunidades rurais, você deve ter experimentado diversas alteridades. Na elaboração da voz e da dicção de suas personagens, são justamente as mulheres que você privilegia. São elas o foco narrativo em primeira pessoa. Portanto não é alguém falando sobre as mulheres, mas elas falando sobre si, com o detalhe que é você escrevendo. Então como você trabalha para conseguir chegar nisso?

IVJ: Pois é, é o ápice da liberdade. Algo inimaginável para a antropologia, talvez, você escrever de um lugar que não é seu. A ideia do lugar de fala inclusive conta muito quando a gente está pensando na ciência,

quando a gente está pensando no debate público, ela é fundamental. A gente deve expor tudo, colocar tudo lá, da forma como é. Mas a literatura é esse terreno da liberdade em que a gente pode emular e recriar vidas. Não sou o primeiro autor e nem o último que escreve sobre personagens mulheres. Talvez essa minha proximidade venha – não só, mas também – das histórias familiares, onde as mulheres tiveram um lugar muito importante na minha vida, assim como os avós do García Márquez tiveram uma importância na vida dele. Acho que a minha mãe, as minhas tias, tiveram uma importância muito grande, assim como as minhas avós, durante a infância. Aos poucos, quando fui ganhando consciência, percebi que elas ocupavam um lugar muito delicado na sociedade, afinal elas eram atravessadas pelas violências, assim como as personagens de *Torto Arado* também o são. Pela violência e pelo machismo. Ou então elas vivem só e tem que cuidar dos filhos sozinhas. Acho que tudo isso me marcou de alguma forma e me fez ter um olhar mais deitado sobre elas.

São atravessadas por violências, e ainda assim conseguem ter o protagonismo, trazer essa força, essa coragem, que são atributos que por mais que a gente evoque e ache clichê, elas de alguma forma carregavam isso. Também cresci em Salvador, que é uma cidade que tem uma herança africana muito forte. É uma cidade que tem mais de mil terreiros de Candomblé e para cá afluíram muitos grupos étnicos. Acho que o predominante, em algum momento, foram os iorubás. E as mulheres que vieram, que recriaram o candomblé e as suas tradições aqui, elas exerciam um papel de poder muito grande, um protagonismo muito forte, que marcou de alguma forma a vida da cidade.

Eu abri recentemente a *Enciclopédia Ne-*

gra que a Lília [Schwarcz], o Jaime Lauriano e o Flávio Gomes escreveram, e muitos verbetes são destinados a essas mulheres: Mãe Aninha, Mãe Senhora, Mãe Stella de Oxóssi, Mãe Menininha do Gantois. Inclusive muitas delas se tornaram personagens dos romances de Jorge Amado, aparecem os nomes delas como personagens em algum momento. E acho que elas imprimiram também esse protagonismo feminino na cidade. A Ruth Landes veio pesquisar o candomblé, no final da década de 1930, e terminou escrevendo uma tese que se chama “Cidade das Mulheres”, porque ela vai falar justamente sobre o matriarcado, sobre o lugar que essas mulheres ocupavam, a posição de poder ainda em um Brasil arcaico, em um Brasil estagnado no tempo, naquele período de 1930. Sequer o país tinha passado por uma industrialização, não era um país urbano ainda e essas mulheres construíram esse espaço de poder.

E andando pelo campo ultimamente com as comunidades quilombolas – eu tenho menos contato com comunidades indígenas –, as mulheres assumiram o protagonismo dessa causa. Como eu ando por muitas [comunidades], eu posso falar com propriedade. Acho que setenta por cento das lideranças de sindicato são mulheres: elas ocupam esse lugar. São mais escolarizadas que os homens. Talvez por isso e também porque se engajam politicamente, elas procuram saber, são mais cuidadosas com essa rede que estabelecem com outros grupos, com outras comunidades, e naturalmente vão exercendo essa liderança. É algo talvez que fosse impensável ou que existisse em menor

medida no tempo do Rosalvo, por exemplo. Ele não era uma liderança em si, porque não tinha nenhum vínculo... Liderança que eu falo nesse sentido de uma liderança sindical ou política, de movimento social. Ele era uma liderança, sim, política, da sua comunidade, e espiritual também. Mas ele se constituiu de outra forma, não por essas agências. E da mesma forma, as mulheres hoje ocupam esse lugar.

Então como *Torto Arado* é uma história que vem até os nossos dias, e nesse meu périplo eu encontrei muitas mulheres que ocupam essa posição de liderança, de poder, isso está no romance também. Vocês já devem ter ouvido falar do quilombo Rio dos Macacos. A liderança é a Rose, uma mulher que sequer é alfabetizada e nós temos quase a mesma idade. Se não fosse ela... A comunidade foi titulada no ano passado [2020], por pressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, porque o governo atual [de Jair Bolsonaro] não fez nada, absolutamente nada. Mas, por conta dessa pressão, o título que já existia do governo passado foi assinado. Teve pressão via Itamaraty, via vários organismos brasileiros e conseguiram. Eu já comentei dos livros que encaminhei para comunidades quilombolas, dentre elas a de Conceição de Salinas, cuja liderança é a Elionice. A Elionice já tem outro perfil, ela é mestranda na UnB, é quilombola, e inclusive faz parte da pastoral dos pescadores<sup>18</sup>. O interessante é que nessa comunidade tem duas associações. E em uma associação – eu não sei como está agora, porque estive lá há uns dois ou três anos –, a presidente é uma mulher trans. E não é a primei-

18. Elionice já havia concluído o mestrado à época da entrevista. Para conhecer sua dissertação, consultar: SACRAMENTO, E. C. Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola: Conceição de Salinas-BA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

ra mulher trans que eu vejo sendo líder de comunidade quilombola.

Ou seja, as mulheres, nesse momento, assumem esse protagonismo, e de alguma forma o livro reflete isso. Talvez seja um fenômeno que a gente esteja vivendo atualmente, no campo, nessas comunidades quilombolas, eu não saberia. Vejo muitas lideranças mulheres indígenas, mas tenho menos contato com comunidades indígenas. Mas se a gente for ver a Joênia Wapichana, que é deputada, ela se formou liderança entre os wapichanas. A Sônia Guajajara, maranhense, e inúmeras outras que a gente poderia ficar falando aqui, assumem esses lugares. Talvez esses povos tenham avançado mais nesse processo do que nós, que bebemos do racionalismo ocidental, do pensamento europeu e vivemos a partir desse lugar. Toda comunidade quilombola tem uma associação de moradores, de trabalhadores quilombolas. Há uma sobreposição de identidades: são pesqueiros, são agricultores, são ceramistas, podem ser muitas coisas. Mas setenta por cento desses espaços de poder são ocupados por mulheres. E quando a gente olha o Congresso Nacional, proporcionalmente, a quantidade de cadeiras que mulheres ocupam, a gente só pode pensar que as comunidades indígenas e quilombolas estão muito mais à frente nesse sentido.

JVG: E as trajetórias feministas de Bibiana e Belonísia são construídas de uma forma diferente. Porque uma vai embora da fazenda, se emancipa pelos estudos e tem toda essa relação com a escola, com o fato de ser professora. Ao mesmo tempo, a outra fica e cuida da família, da terra. São duas trajetórias feministas nesse sentido que a Chima-

manda Adichie comenta em entrevista recente no Roda Viva: feminismos que às vezes não são reivindicados ou nomeados como tal, mas que estão ali<sup>19</sup>

IVJ: Exatamente. Talvez seja isso, Júlia. Eu assisti à entrevista da Chimamanda. Não tem como não pensar nisso. Essas mulheres de pouco estudo, da minha família, que me cercavam na infância, acho que essa posição de heroísmo que elas ocupavam era justamente isso. Elas não se curvavam àquilo que destinavam a elas, mesmo não encontrando formas muito eloquentes de se desviar disso. Ainda assim algo emergia delas, um desejo muito intenso de liberdade e de viver plenamente. Então elas reagiam à violência, ou reagiam à violência dentro de casa. E eram mulheres feministas por isso, olhando por esse prisma. Talvez por essa razão elas povoem com tanta intensidade o meu imaginário.

Foi tão engraçado, porque esse livro, quando eu escrevi, não tinha onde publicar e mandei para o prêmio Leya, em Portugal. E a gente manda com um pseudônimo, então ninguém sabe quem escreveu. Não tinha muita esperança, foi só um envio protocolar. E aí, eu escolhi um pseudônimo neutro, porque eu não queria que o fato de ter sido escrito por um homem de alguma forma influenciasse o júri. Eu queria que a obra, se ela tivesse mérito, fosse escolhida por suas qualidades. E de fato, depois eu fui ler na imprensa portuguesa que o júri ficou com essa dúvida: “foi escrito por um homem ou por uma mulher?”. E ficou isso até o final, até decidirem que era o livro que havia vencido. Ou seja, é o poder da literatura mesmo, de recriar mundos. Se eu criei essa dúvida, então valeu.

19. Trata-se da entrevista realizada no dia 14/06/2021. Para vê-la na íntegra: [https://www.youtube.com/watch?v=pxe92zW0otE&tab\\_channel=RodaViva](https://www.youtube.com/watch?v=pxe92zW0otE&tab_channel=RodaViva).

## 7. Considerações finais

IR: Só uma curiosidade: no fim das contas, eles conseguiram regularizar a terra lá na Iuna?

IVJ: Não. O processo conseguiu avançar até o fim do governo Temer. Então eles tiveram o relatório publicado, abrimos as contestações, houve contestação. É um processo muito lento. Depois eles podem entrar com recurso e superamos toda essa fase. E há mais de dois anos está na presidência do INCRA o processo todo instruído, com uma minuta de portaria de reconhecimento. O presidente do INCRA tem que assinar para reconhecer que aquilo é um território quilombola. Depois desse ato, a gente junta toda a documentação pertinente, que são basicamente relatórios, os pareceres jurídicos e outros documentos que já estão prontos, e manda para a Casa Civil, para o Presidente da República assinar o decreto de desapropriação por interesse social. Aí o INCRA avalia aqueles imóveis, indeniza os proprietários e transfere [o domínio], titula a comunidade. Mas o processo parou no meio e não é comum demorar tanto tempo assim. Se estivéssemos no governo Dilma ou no governo Lula, uma portaria de reconhecimento era coisa de três, quatro meses, no máximo seis meses. Essa tem quase dois anos e meio que está lá parada. E a gente não tem esperança que saia, porque não saiu nada até agora. Essa de Iuna está parada há dois anos e meio [considerando maio de 2021], mas tem processos parados há quatro anos, que não avançaram, que pararam lá mesmo na Presidência da República. Porque o Temer só assinou um decreto na Bahia e inúmeros outros

ele deixou de lado. Onde tinha muitos conflitos, interesses dos ruralistas, ele não assinou.

IR: Principalmente no oeste da Bahia.

IVJ: Ah, sim. Ainda bem que agora estão mostrando o que é aquilo. As investigações mostram que o Judiciário está implicado até o pescoço, com desembargador [envolvido em corrupção], uma coisa horrenda. Imagine o que essas pessoas não sofrem. Se essas pessoas tão poderosas, que ocupam um lugar tão poderoso, estão enlameadas até a alma, imagine quem vive nesses lugares de morada.

JVG: Para finalizar, Itamar, agora de verdade, eu estava relendo um texto do Milton Hatoum para preparar essa entrevista, não sei se você conhece, que se chama “Laços de Parentesco: Ficção e Antropologia”.<sup>20</sup>

IVJ: Não. Olha, eu converso com o Milton e ele nunca me disse.

JVG: Nesse texto, Hatoum diz que é provável que o romancista seja, em vários casos, um antropólogo imaginoso. Parece uma boa maneira de fechar nossa conversa. Não é bonito?

IVJ: Adorei isso. Você sabe que eu conversando com um jornalista, falei uma expressão sem sentir. Depois que eu fui reler e gostei: “etnógrafo da imaginação”. Tem tudo a ver<sup>21</sup>.

## Referências

ALARCON, D.; PACIURNIK V.; DA SILVA, G.J. *Os donos da terra*. São Paulo: Elefante, 2020.

ALEKSIÉVITCH S. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AMADO, J. *Seara Vermelha*. São Paulo: Compa-

20. HATOUM, M. Laços de parentesco: Ficção e Antropologia. In: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H.; SCHWARCZ, L. M (org.). *Antropologias, Histórias, Experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

21. O referido texto saiu em 25/05/2021 na revista Isto é. Para ver na íntegra: <https://istoe.com.br/doramar-ou-a-odisseia-marca-o-retorno-a-escrita-de-itamar-vieira-junior/>.

- nhia das Letras, 2009 [1946].
- AMADO, J. *Terras do Sem-Fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1943].
- BANAGGIA, G. *As forças do jarê: religião de matriz africana da Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Garamond., 2015.
- BANAGGIA, G. Entregando-se aos dados: programática de uma etnografia vivaz. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 22 n. 1, p. 52-74, 2020. DOI: 10.12957/irei.2020.51164
- BECKER, H. *Falando da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BENSA, A.; POUILLON, F. *Terrains d'écrivains: littérature et ethnographie*. Toulouse: Anacharsis, 2013.
- BIEH, J. Do incerto ao inacabado: uma aproximação com a criação etnográfica. *Mana*, v. 26, n.3, 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v-26n3a206>
- CARNEIRO, A. Um caso, um povo, uma televisão: formas análogas. *Mana*, v. 20, n.3, pp.461-490, 2014.
- CARVALHO, M. G. *Os Kanamari da Amazônia Ocidental: história e etnografia*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CLIFFORD, J. & MARCUS, G. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017 [1986].
- DEBAENE, V. *Ethnographie/Fiction: à propos de quelques confusions et faux paradoxes*, *L'Homme*, n. 175- 176, p. 219-232, 2005.
- DEBAENE, V. *Adieux au voyage*. Paris: Gallimard, 2010.
- DAS, V. *Vida e Palavras*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- DESCOLA, P. *As lanças do crepúsculo: relações jivaro na alta Amazônia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006 [1993]
- DÍAZ-BENÍNTEZ, M, E. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1995 [1940].
- FABRE, J.; JAMIN, J. Pleine page. Quelques considérations sur les rapports entre anthropologie et littérature. *L'Homme*, n. 203 - 204), p. 579-612, 2012.
- FASSIN, D. True life, real lives: revisiting the boundaries between ethnography and fiction. *American Ethnologist*, v. 41, n.1, p.40-55, 2014.
- HATOUM, M. Laços de parentesco: ficção e antropologia. *In*: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H.;
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018 [1922].
- MARQUES, A.C.; MATTAR J.V. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 48, n. 1, p.37-74.
- MARTIN, N. Dire la fragilité des mondes: l'anthropologie ou l'écriture du commun. *Revue du Crieur*, n.18, p. 4-19, 2021.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925]

- NARAYAN, K. *Alive in the writing: crafting ethnography in the company of Chekhov*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2012.
- PEIRANO, M (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologias dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- PEIXOTO, F. O nativo e o narrativo: os trópicos de Lévi-Strauss e a África Fantasma de Michel Leiris. In: GROSSI, M.; MOTTA, A.; CAVIGNAC, J. *Antropologia francesa no século XX*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, pp. 287-310.
- PEIXOTO, F.; PONTES, H.; SCHWARCZ, L. M. (orgs). *Antropologias, Histórias, Experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- QUIRÓS, J. *El porqué de los que van: peronistas y piqueteros en el Gran Buenos Aires (una antropología de la política vivida)*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.
- RABELO, M. *Play and struggle: dimensions of the religious experience of peasants in Nova Redenção, Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – University of Liverpool. Liverpool, 1990.
- RANCIÈRE, J. *Les bords de la fiction*. Paris: Seuil, 2017.
- ROUMAIN, J. *Senhores do Orvalho*. São Paulo: Carambaia, 2020.
- SACRAMENTO, E. C. *Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola: Conceição de Salinas-BA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- VIEIRA Jr., I. *Doramar ou a Odisseia*. São Paulo: Todavia, 2021
- VIEIRA Jr., I. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.
- VIEIRA Jr., I. “Trabalhar é tá na luta”: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *And. Manchester Papers in Social Anthropology*, 7, 2003
- WOOD, J. *How Fiction Works*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2008.
- WULFF, H. 2021. Writing anthropology. In: F.Stein *et al* (orgs). *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/21writing>. Acesso em: 22 mai 2021.